UM PASTORADO LÉSBICO? PRÁTICAS DE GÊNERO E DISCURSOS SOBRE SEXO NA CIDADE DE REFÚGIO.

Renata Reverendo Vidal Kawano Nagamine

Universidade Federal da Bahia, e-mail renagamine@gmail.com

Resumo: Fundada em 2011 pelo casal de duas mulheres formado pela ex-missionária Lanna Holder e por uma cantora gospel em ascensão à época, Rosânia Rocha, a Cidade de Refúgio é uma 'igreja inclusiva'. Embora aparentemente dependente do carisma de Lanna e Rosânia, do humor arrebatador da primeira e da presença de palco da segunda, percebida na congregação como evidência de sua 'unção', a Cidade de Refúgio tem conhecido um rápido crescimento, estando presente nos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraná e no Distrito Federal. Seus frequentadores (membros ou curiosos) em geral procedem de igrejas evangélicas tradicionais, nas quais muitos deles 'tinham ministério' e das quais saíram, ou foram 'convidadas a sair', em função da sua homossexualidade. São pessoas que têm não só uma carreira homossexual, mas também uma carreira religiosa. No "campo inclusivo", a Cidade de Refúgio é influenciada pela Assembleia de Deus, da qual provem parte das suas lideranças e dos seus membros, mas tem uma apreciação positiva da homossexualidade. Nesse sentido, a Cidade de Refúgio pode ser pensada como uma igreja modelada em relação a denominações pentecostais tradicionais, porém, ela apresenta uma importante diferença: o pastorado lésbico, isto é, o cuidado pastoral praticado por um casal de mulheres. Neste trabalho, propõe-se analisar discursos sobre sexo e práticas de gênero na Cidade de Refúgio, com base em análise bibliográfica e dados de trabalho de campo.

1. INTRODUÇÃO

De meados dos anos 1990 em diante e, em especial, a partir dos anos 2000, o engajamento de lideranças e agências religiosas tem sido particularmente intenso em questões relacionadas com a orientação sexual, a identidade de gênero, direitos reprodutivos e o direito à vida. Lideranças cristãs, com destaque para as evangélicas, têm sido protagonistas no debate sobre o status familial de casais homossexuais, o casamento igualitário, a redesignação sexual e mudança de nome social, a criminalização da homofobia. Elas têm sido muito vocais quando se trata não só de direitos, mas também de representações da homossexualidade e transexualidade. Podemos afirmar que, em grande parte por força de sua atuação, instaurou-se no Brasil uma tensão entre cristãos conservadores e defensores de pessoas LGBT, que parece ter dado forma a uma percepção socialmente compartilhada segundo a qual diversidade sexual, diversidade de gênero e Cristianismo são inconciliáveis.

Mas, enquanto essa tensão adquiria densidade na arena pública, nas margens do campo religioso apareciam agências dispostas a conciliar homossexualidade e cristianismo sem pretender transformar homossexuais ou a

renúncia ao prazer erótico. Essas agências religiosas marginais, denominadas de Igrejas inclusivas, nascem em metrópoles brasileiras e se projetam publicamente por buscarem tecer alianças entre aqueles termos, o que as torna objeto de crítica de 'igrejas tradicionais'.

Fundada em 2011 pelo casal de duas mulheres formado pela ex-missionária Lanna Holder e por uma cantora gospel em ascensão à época, Rosânia Rocha, a Cidade de Refúgio (CR) é uma 'igreja inclusiva'. Embora aparentemente dependente do carisma de Lanna e Rosânia, do humor arrebatador da primeira e da presença de palco da segunda, percebida na congregação como evidência de sua 'unção', a Cidade de Refúgio tem conhecido um rápido crescimento, estando presente nos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraná, Rio de Janeiro, Paraíba, Santa Catarina e no Distrito Federal.

Ao fundar a Cidade de Refúgio, Lanna e Rosânia tinham como intuito alcançar aqueles que se sentiam excluídos, rejeitados em suas igrejas de origem. Assim, acabaram por consolidar entre os frequentadores da Igreja (membros ou curiosos) um público que procedia de igrejas evangélicas tradicionais, nas quais muitos deles 'tinham ministério' e das quais saíram, ou foram 'convidadas a sair', em função da sua homossexualidade. São pessoas que têm não só uma carreira homossexual, mas também uma carreira religiosa.

No "campo inclusivo", a Cidade de Refúgio é influenciada pela Assembleia de Deus, da qual provem parte das suas lideranças e dos seus membros, mas tem uma apreciação positiva da homossexualidade. Nesse sentido, ela pode ser pensada como uma igreja modelada em relação a denominações pentecostais tradicionais, porém, apresenta uma importante diferença: o pastorado lésbico, isto é, o cuidado pastoral praticado por um casal de mulheres.

Neste trabalho, propõe-se analisar discursos sobre sexo e práticas de gênero na Cidade de Refúgio, com base em análise bibliográfica e dados de trabalho de campo. Reunimos matérias de jornal, de sites de internet e vídeos sobre a Cidade de Refúgio e sobre ou com Lanna Holder e Rosânia Rocha, cuja história pessoal suscita grande interesse e que, por impressões em campo e relatos de membros da igreja, costuma ser tratadas como celebridades por frequentadores e parte dos obreiros. Pesquisas de campo foram efetuadas em nas congregações de São José do Rio Preto e São Paulo, com uma peculiaridade: na igreja de S. J. do Rio Preto, minhas entradas se deram ao lado da minha companheira, que também se apresentou como pesquisadora, ao passo que, em São Paulo, elas aconteceram singularmente.

2. UMA HOMOSSEXUALIDADE SANTIFICADA

A CR tem despertado a curiosidade da mídia em função de dois fatores principais. Suas lideranças, Lanna Holder e Rosânia Rocha, têm uma trajetória marcada por trânsitos e conflitos que com frequência as têm colocado em tensão com líderes religiosos proeminentes, como Silas Malafaia, e 'igrejas tradicionais', que questionam a unção de Lanna a pastora, o pastorado de ambas e a

qualidade de igreja da CR: eles a qualificam de 'seita'.

Lanna Holder se consagrou como missionária assembleiana, dando testemunho como ex-lésbica e tendo sido a primeira mulher a falar no Congresso dos Gideões, em 2001. Como missionária, ela circulou por todo o Brasil e fora dele, em países como nos Estados Unidos, onde conheceu Rosânia. Rosânia Rocha, nascida 'em berço evangélico', era uma cantora gospel em ascensão na comunidade evangélica brasileira no EUA quando conheceu Lanna. Como Lanna, ela era casada com um pastor, com quem tinha um filho e de quem se separou, anos mais tarde, para ficar com Lanna, depois de inúmeras hesitações e sujeições a práticas de cura, libertação e restauração do casamento. Em 2017, Rosânia conta sua história ao blog Sou Mais Eu, do portal UOL, em matéria intitulada "Larguei o Pastor para Ficar com a Pastora". O interesse público pela história foi tamanho que suscitou outro pedido de entrevista, concedida ao mesmo veículo, mas agora com Lanna. Registrada em vídeo e disponível no canal do Sou Mais Eu na mídia social Youtube, a entrevista repercutiu na revista Caras.

Esse material dá uma pista de como a CR constrói a homossexualidade, o gênero, e se modela nesse processo em relação ao campo religioso inclusivo, ao campo religioso e à política. A CR entende que a salvação passa pela disposição pessoal de obediência a um 'código de santidade'. Condena-se o sexo antes do casamento, a masturbação, a pornografia, o sexo casual, o adultério, a poligamia, a troca de parceiros, saunas e 'cinemões', porque, se a homossexualidade e a transexualidade não são um pecado, a promiscuidade é.

Sua construção como agência religiosa e os produtos de sua ação social operam, assim, um deslocamento pequeno das prescrições morais que informam as ações públicas das 'igrejas tradicionais'. Esse pequeno deslocamento é suficiente para alcançar gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, "pessoas LGBT", mas desafia apenas parcialmente as práticas históricas que constituem o campo religioso. Em compensação, não é isso o que a CR parece pretender, e sim colocar-se em continuidade com agências religiosas tradicionais. É ilustrativo de seu posicionamento o modo como ela aciona o 'código de santidade' para a produção de uma homossexualidade santificada, que transforma gays e lésbicas, masculino/a/s e feminino/a/s, travestis e transexuais em 'eleitos', 'trabalhadores da última colheita'. Em contrapartida ao que se dá em agências religiosas tradicionais, a CR não condena qualquer prática sexual dentro do casamento: em campo presenciamos Lanna interpelar as ideias de atividade e passividade em casais formados por pessoas do mesmo sexo e pregar que eles se permitam tudo. Se contrastarmos essa sua fala com o que emerge do campo das sex shop evangélicas, por exemplo, podemos notar, então, que os interditos que moldam os regimes de erótico-afetivos vigentes para evangélicos tradicionais, como o sexo anal, não alcançam os 'Refugiados' da CR, sejam eles homo ou heterossexuais. O regime erótico-afetivo que a CR constrói para fazer-se igreja diante dos que atendem aos seus cultos fornece os

termos de seu engajamento, e nele a liberdade sexual se restringe ao casamento. O casamento opera, aqui, para a santificação e, curiosamente, desloca as diferenças de gênero da economia do prazer sexual para suas performances públicas e a produção de si, sob o interdito de que a masculinidade e a feminilidade sejam obstáculos à obtenção de prazer sexual pelo casal.

Como dissemos, no que estamos chamando de "campo inclusivo" no âmbito das pastorais sexuais, a Cidade de Refúgio desponta como fortemente influenciada pela Assembleia de Deus, da qual provem parte das suas lideranças e dos seus membros, mas com uma apreciação relativamente positiva da homossexualidade. Ela está fortemente calcada em ideais de obediência, legalidade estrita e, em proximidade com outras denominações pentecostais, uma forte rejeição ao comunismo, considerado por Lanna uma 'ideologia'. Nesse sentido, a Cidade de Refúgio pode ser pensada como uma igreja modelada aos moldes de denominações pentecostais tradicionais, imitando inclusive algumas de suas formas de engajamento na política, como o combate ao comunismo, mas que, como igreja inclusiva, assinala relações muito singulares entre religião, direito, Estado e sociedade civil. Ela pode ser pensada como co-constituindo uma sociedade em que o Estado, o direito e a sociedade civil tornam-se mais centrais do que a religião, entendida como aquilo que é feito em nome dela, dentro ou fora da igreja.

Como instituição, a Cidade de Refúgio não comunga, p.e., de valores do movimento LGBTT, como a liberdade sexual, nem lança mão da sua retórica emancipatória. Se há, uma comunhão de interesses teria por fundamento a igualdade e o que podemos chamar de propósito de integração de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros: no caso do movimento, a integração na ordem jurídica, no caso da instituição religiosa, sua integração adicional na ordem cristã. Para tanto, ela propõe, em seus próprios termos, uma 'leitura histórico-crítica' da Bíblia e condena a 'homofobia' da 'sociedade heteronormativa'. Seu ideal, contudo, não é a emancipação do indivíduo, mas a salvação da alma e a 'verdadeira liberdade', que é a 'liberdade em Cristo', livre de carências e medos. Na denominação, essa liberdade se articula com a ideia de livre arbítrio na medida em que, para vivê-la, é preciso que haja uma disposição, um 'posicionamento', que se configuraria no ato de dirigir-se ao altar e 'aceitar Jesus como seu único e verdadeiro salvador', um tipo de ato de vontade de sujeição, de um "momento de assentimento", na formulação de Albert Piette (2012), que se sabe compreender oscilações, mas que inaugura ao que deu seu assentimento uma série de práticas. Como propõe Piette, essas práticas parecem ser, em contexto, um sinal suficiente de fé.

Tanto em S. J. do Rio Preto quanto em São Paulo optei por uma imersão no campo. Para naturalizar minha presença assídua na igreja, afirmei a lideranças e membros que minha proposta era pesquisar congregando. Relatos fornecidos por outros pesquisadores relatando suas dificuldades em efetuar pesquisa de campo na Cidade de Refúgio me fizeram pensar que essa seria uma estratégia mais acertada. Em termos práticos, essa imersão consistiu em alta frequência a cultos (a 2 ou 3

por semana), a eventos sociais, como churrascos, jantares, idas a sorveteria e reuniões familiares, em 'fazer a obra' ou 'trabalhar no reino', com a participação na escala da faxina e na cantina da igreja, tanto no interior quanto na cidade de São Paulo. Nas duas igrejas, lideranças, como Lanna, e membros manifestaram entender que a pesquisa foi uma 'estratégia de Deus', que tem 'uma linguagem para cada pessoa'. Nessa linha, nas duas igrejas, minha disposição foi percebida como um posicionamento diante de Deus, disposição para a salvação, e a casual presença de minha companheira em campo pareceu endossar a leitura nativa da minha presença, independentemente de ela se apresentar ou não como pesquisadora do mesmo projeto. Em São José do Rio Preto, fomos alçadas por alguns membros a futuras pastoras e ao altar por um dos pastores, um status que atribuímos a marcadores sociais de classe e cor que em distintas situações nos pareceram operantes na igreja. Outo dado da pesquisa de campo no interior de São Paulo é que, estando em campo como casal, eu e minha companheira fomos rapidamente 'casadas' pela congregação. Seus membros se referiam a ela como 'sua esposa'. Frequentemente, também notamos o incômodo de parte dos membros da igreja com a ideia de estar com apenas uma de nós, inclusive em entrevistas, e mesmo as conversas de whatsapp eram compartilhadas, com a formação de grupos com os dois casais. Em geral pareceu-nos operar, na igreja, uma lógica do par: como uma 'mulher casada', eu não devia, p.e., sequer fazer faxina com uma pessoa solteira, fosse homem ou mulher.

Com Daniel Cefaï (2009), podemos perseguir a ideia de que, para visibilizar e normalizar a sua articulação das identidades cristã e homossexual, disruptiva das convenções sociais acerca do Cristianismo e da homossexualidade, a Cidade de Refúgio mobiliza uma forma que representa uma potente gramática na arena pública, a família. Essa forma gramatical a coloca em franca disputa com denominações tradicionais, que têm se apresentado publicamente como defensoras da família e justificado sua resistência a demandas de gays e lésbicas por direitos pela necessidade de resguardá-la e, com isso, 'assegurar a reprodução da raça humana'.

Para a Cidade de Refúgio como instituição, gays e lésbicas também podem ser 'filhos de Cristo', não só 'criaturas'. O gay, a lésbica, o bissexual e a pessoa transgênero filho de Cristo se caracteriza por ser crente em Jesus como seu único e verdadeiro salvador, na salvação da alma como valor último e na inegociabilidade de prescrições bíblicas relacionadas com os usos do corpo para a obtenção de prazer como meio necessário para alcançá-la, tais quais a monogamia e a sacralidade do casamento. Trata-se de uma pessoa não heterossexual que é um 'trabalhador da última colheita': não se trata de uma pessoa rejeitada, ou discriminada, por Deus, e sim de alguém 'eleito' por Ele. Não se trata, além disso, de um religioso, no sentido de alguém que tem 'religiosidade'; ao contrário, em cultos a crítica à religiosidade, tomada como um obstáculo à experiência com Deus, é recorrente. Desse modo, o 'trabalhador da última colheita', que é o sujeito que a Cidade de Refúgio parece ter a

pretensão de forjar, é não-religioso, mas tem uma 'experiência com Deus'. Na leitura da Bíblia proposta pela Cidade de Refúgio, o cristão é, enfim, ele mesmo igreja, e a ele incumbe ser igreja em todos os espaços e domínios da vida, desde a sua família de origem, passando por sua família, suas relações com amigos e profissionais. Nessa visão, ser igreja engloba, p.e., não ser promíscuo, não se embriagar, nem difamar, não dever (dinheiro), não usar roupa transparente, curta ou demasiado decotada, nem frequentar festas 'do mundo', como o Carnaval ou baladas. Não impõe 'costumes', que em geral são associados por Lanna e membros da Cidade de Refúgio a códigos de vestimenta como saias e coques, mas implica adotar uma linguagem verbal cristã, com saudações como 'a paz do Senhor, irmão', 'a paz do Senhor, irmã' e, p.e., predominar em sua casa o louvor sobre 'músicas do mundo'. 'O mundo' e 'a igreja' são, enfim, contrapostos o tempo todo, e, nessa contraposição, a igreja se constitui como refúgio, enquanto o mundo resta como lugar de perdição e pecado regido pelo Satanás, onde habitam almas a serem salvas.

Um aspecto interessante das falas de lideranças e membros da Cidade de Refúgio é que o que estamos chamando, na pesquisa, de espaço público não costuma ser mencionado expressamente. O público só pode ser apreendido, na Cidade de Refúgio, mediante suas referências ao mundo, a instituições e a ideias ou categorias civis. Quando se trata da relação da religião com o Estado, algumas ambiguidades são flagrantes em falas de lideranças e membros da congregação. Lanna já sugeriu em culto, p.e., que a adoção de uma religião oficial seria justificada pelo fim de 'anunciar o Evangelho', mas, em entrevistas, declarou que jamais votaria em um evangélico para um cargo do Executivo. A queda do muro de Berlim e o fim dos regimes comunistas também foram obras do Espírito Santo, tal como a regulação formal das relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo e o acesso delas ao casamento. Entre as pessoas entrevistadas, a relação da religião com o Estado também parece ser significada de modo plural. Em entrevistas ainda exploratórias, procurei apreendê-la a partir de um tema polêmico em contexto, a liberdade de abortar, que me pareceu interessante para analisar a preponderância em discurso de moralidades que podem se encontrar em tensão, como a constitucional e a religiosa.

Lideranças da Cidade de Refúgio, a começar por Lanna e Rosânia, já se manifestaram publicamente contrárias à liberdade de abortar em qualquer caso, inclusive no de gravidez decorrente de estupro. Lanna e Rosânia falaram sobre o assunto em entrevista à apresentadora Luciana Gimenez para o Programa SuperPop. Mas a congregação parece se dividir a respeito, embora concorde que o interdito "Não matarás" seja um mandamento cristão. Em entrevista, um membro homem, solteiro, da igreja de São José do Rio Preto se manifestou, p.e., favorável a que a mulher possa escolher interromper a gravidez em qualquer caso, justificando seu posicionamento em termos de separação entre igreja e Estado. Posicionamento idêntico, com justificativa semelhante, foi publicado no Facebook por um homem jovem e solteiro que é membro da Sede. Os dois têm idade e escolaridade

semelhantes, tendo entre 25 e 30 anos e superior completo, sendo um deles mais próximo de movimentos sociais, como o feminista e o negro.

Minha hipótese de pesquisa é que, nesse contexto, as categorias 'homoafetividade' e 'homoafetivo' seriam usadas pela denominação para tirar o foco da sexualidade e destacar os afetos entre pessoas do mesmo sexo. Essa já teria se mostrado, afinal, uma estratégia bem sucedida de legitimação das relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo e de integração delas na ordem jurídica familiar. Se o STF acionou aquelas categorias para integrar tais relações na ordem jurídica familiar, a igreja-instituição poderia agenciá-las para integrá-la na ordem familiar qua ordem social, transformando as convenções sociais acerca das relações entre homossexualidade e família no Brasil. Na igreja-instituição, as categorias são consistentemente agenciadas para a formulação de uma crítica da 'sociedade heteronormativa', deslegitimadora de pessoas e pares homossexuais. Essa crítica não assume, no entanto, uma perspectiva queer ou 'subversiva' em matéria de sexualidade, de modo que o agenciamento das duas categorias pela Cidade de Refúgio também encerra uma crítica da 'promiscuidade' homossexual. Com base nisso passamos a entender que as categorias "homoafetividade" e "homoafetivo" têm uma vida própria na Cidade de Refúgio. Elas são agenciadas não só para justificar publicamente a afirmação de direitos de homossexuais, bissexuais e transgêneros e sua integração na ordem jurídica familiar, mas também para a produção de deslocamentos no campo da religião, legitimidades-ilegitimidades no campo da sexualidade e um novo sujeito religioso.

3. A HOMOAFETIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DESSEXUALIZADORA

Um achado da pesquisa em seu primeiro ano foi que as categorias ‘homoafetividade’ e ‘homoafetivo’ são empregadas em material institucional da Cidade de Refúgio, em cultos e na congregação na Sede, mas não são usadas em sua igreja do interior. Esse dado nos suscita como questão de pesquisa saber se não se trata de categorias que a instituição considera estratégicas para a argumentação na arena pública, mas das quais pode prescindir para transmitir suas ideias, visões e valores no nível da congregação. Nela, só um membro, que atualmente vive em Araçatuba mas que já viveu em São Paulo, empregou a categoria 'homoafetivo', no contexto de uma entrevista concedida ao lado de sua esposa. Já 'homossexualidade', 'homossexual', 'gay' e 'lésbica' são categorias correntes em falas capturadas em trabalho de campo e registradas em entrevistas. O não-uso das categorias 'homoafetividade' e 'homoafetivo' na igreja de S. J. do Rio Preto chama a atenção porque a Cidade de Refúgio é uma instituição centralizada e coesa no que se refere a visões, ideias e valores. Lanna e Rosânia, p.e., empregam-nas em entrevistas a programas de alcance nacional, como o SuperPop, da RedeTV, e o SouMaisEu, e em programas online, como do canal UOL, que são efetivamente assistidos em outros países, em capitais de outros estados brasileiros e em cidades do interior, como S. J. do Rio Preto. Elas são usadas, enfim, em material de

apresentação da igreja, da sua inclusividade. Pode-se perseguir, na pesquisa, uma melhor compreensão dessa diferença entre Capital e interior dentro da mesma denominação inclusiva.

Tal diferença não pode escamotear, contudo, que é nessa mesma normatividade, para cuja produção as categorias 'homoafetividade' e 'homoafetivo' concorrem, que são articuladas as ideias, os valores e as visões das igrejas da Cidade de Refúgio no interior do estado. Nessas produções discursivas, as duas categorias parecem ser agenciadas para operar a transformação de um direito, o de constituir família para fins de direito e de se casar civilmente, em uma obrigação religiosa. Para a Cidade de Refúgio, com a afirmação do direito de não-heterossexuais ao casamento, gays e lésbicas cristãos teriam passado a ter a obrigação de se casar como meio de guardar a santidade, que consiste em reservar o sexo para depois do casamento. Nessa operação, as categorias 'homoafetividade' e 'homoafetivo' seriam agenciadas para a (re)configuração de um ethos familista e na inegociabilidade de 'princípios' relacionados com um código de santidade inscrito na Bíblia e determinante da salvação perante uma audiência formada predominantemente por gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Teria lugar, assim, a produção de um novo sujeito religioso e uma transformação do que Gayle Rubin (2011) consagrou como hierarquia erótica.

Podemos começar por refletir sobre a transformação da hierarquia erótica descrita por Rubin (2011). Entendemos que a decisão do STF de estender o regime da união estável a relações entre pessoas do mesmo sexo teria criado condições para a sua transformação, mas, para que ela tivesse lugar, ainda seria necessário que atores políticos explorassem as fissuras abertas no que Butler (2010) denominou de "estrutura de operações culturais" ou simplesmente convenções sociais em que a homossexualidade é construída como estando nas margens da religião e da família agenciando diferentes gramáticas disponíveis na arena pública. Propomos pensar a ideia de hierarquia erótica descrita por Rubin (2011) como uma estrutura desse tipo. Ela seria calcada na tradição judaico-cristã e estruturada a partir de dois princípios ordenadores: a orientação sexual, da hétero para homossexual, e a estabilidade da relação, da mais estável, o casamento, para a recusa deliberada da conjugalidade. Nessa hierarquia, a legitimidade estaria distribuída, decrescentemente, dos casais heterossexuais casados para heterossexuais em relação conjugal estável, depois para heterossexuais solteiros e, a partir daí, para homossexuais em união estável, homossexuais solteiros e aqueles que recusam qualquer tipo de conjugalidade em prol da frequentação de circuitos sexuais, por exemplo.

Falas de Lanna proferidas em culto e enunciadas no espaço público assinalam que uma hierarquia semelhante, porém não idêntica, à delineada por Rubin é operante em sua (re)construção de relações eróticas mais e menos legítimas. Ecoando denominações cristãs tradicionais, Lanna condena todo tipo de promiscuidade e prostituição, diferindo delas por não localizar a promiscuidade no homossexual e por transformá-lo de pecador em 'eleito'. Não por acaso Lanna afirma reiteradamente que a Cidade de Refúgio é

uma igreja como qualquer 'igreja tradicional', com a diferença de não ser 'homofóbica'. É uma 'igreja do Senhor Jesus, não uma igreja gay, porque alma não tem sexo'.

Essa visão a leva a ocasionalmente resignificar a própria categoria 'igreja inclusiva' como denotando a não-homofobia da Cidade de Refúgio, mas sem constituí-la como uma 'igreja gay'. Lanna recusa terminantemente o 'rótulo' de 'igreja gay', que em culto recente na célula da Cidade de Refúgio no Rio de Janeiro afirmou causar-lhe 'arrepios'. Sua relação com o que estamos chamando, na pesquisa, de campo inclusivo tem se mostrado, assim, marcada pela ambiguidade: o campo inclusivo lhe parece menos (i)legítimo por denominações que o compõem sacrificarem, do seu ponto de vista, a legitimidade religiosa em prol da legitimidade das sexualidades dissidentes; em compensação, a Cidade de Refúgio não seria aceita no campo religioso tradicional, sendo reputada seita por figuras públicas assembleianas, como os pastores Marcos Feliciano e Silas Malafaia. Lanna e Rosânia a concebem, então, como uma 'igreja pluralista', justificando seu descolamento do senso mais comum do 'inclusivo' com o argumento de que, se fosse uma 'igreja gay', ela seria 'excludente'.

Os usos da ideia de inclusividade propostos pelas principais lideranças da Cidade de Refúgio parecem ser compartilhados e resignificados pela congregação. Em S. J. do Rio Preto a inclusividade da denominação pareceu despertar pouco interesse no período em que estivemos em campo, só tendo sido tematizada uma vez, em uma conversa com um diácono após o culto a propósito de um projeto para discutir categorias e ideias da diversidade sexual e de gênero na igreja. Já na Sede, diferentes membros, em ocasiões distintas, contaram, sem citar nomes, que antes de frequentarem a Cidade de Refúgio foram a outras igrejas inclusivas, mas não se adaptaram a elas, porque queriam ser aceitos, mas sem a 'promoção de bandeiras' e 'distorções da Bíblia'.

O distanciamento de leituras mais consagradas ou da literalidade da Bíblia se mostrou um fator determinante da percepção que esses informantes têm das distintas denominações inclusivas e da distribuição de maior ou menor legitimidade por eles a essas denominações. Tais falas, enunciadas para justificar suas preferências, foram ilustradas com menção a leituras que cogitam de relações erótico-afetivas entre personagens da Bíblia, um recurso que foi, para mim, iluminador dos limites da inclusividade da Cidade de Refúgio, bem como do seu lugar no campo inclusivo. Sua leitura da Bíblia contesta interpretações tradicionais, mas apenas no que respeita a versículos usados por igrejas 'fundamentalistas' ou 'tradicionais' para negar a 'homoafetivos' a salvação e o 'reino do céu'. Ela é inclusiva nesse sentido, o que significa que conserva os dogmas do Cristianismo, seus princípios tradicionalmente considerados inegociáveis, e elabora, a partir deles, prescrições e códigos de conduta relacionados com os usos do corpo e com os modos de aparecer em público. Por essa leitura, pela linguagem, pelos louvores e pelos ministérios que estruturou, pessoas com uma carreira religiosa em 'igreja tradicional', i.e., igreja pentecostal tradicional parecem

encontrar, na Cidade de Refúgio, uma instituição que elas leem com facilidade como igreja cristã. Essas pessoas parecem pouco dispostas a negociar os sentidos de igreja e Cristianismo, optando por uma igreja cristã dissidente, mas que se modelou aos moldes das denominações pentecostais tradicionais. A Cidade de Refúgio parece não requer, em suma, que elas se abram para uma nova concepção de igreja, e sim que se abram a uma igreja calcada na ideia de que 'Deus não faz acepção de pessoa'.

O deslocamento que a Cidade de Refúgio opera em relação às prescrições da tradicional moral cristã em matéria de usos é, portanto, pequeno em comparação com outras denominações inclusivas. Paradoxalmente, por isso mesmo, ela pode ter maior potencial de transformar a tradição no que toca à homossexualidade, ainda que ao preço de, como pontuamos, "familiarizá-la". Na visão da Cidade de Refúgio, a família é o primeiro ministério de um cristão. Suas igrejas têm grande atenção de e para as famílias, ainda que a ideia de família, os seus múltiplos usos, não tenha sido tematizada. Consideremos as formas como a Cidade de Refúgio aparece publicamente. Sua face pública em redes sociais e no site da denominação é a de um casal, com predomínio das mulheres e resguardo dos filhos, que só aparecem com o casal que pastoreia a igreja de Natal, Daniela Modesto e Kênia Macedo. Os cultos são, regra geral, ministrados por casais de pastoras (5 em 7) ou pastores (2 em 7), em que em geral há uma aparente distribuição das funções de pregar e louvar, que pode ser atravessada pelo gênero, como no caso de Lanna e Rosânia, mas não o é necessariamente.

Nas igrejas da denominação há, além disso, um culto de família, mensal; em suas livrarias, há CDs e livros sobre família e casamento, como os áudios da campanha "Edificando o casamento", ministrada por Lanna, e o best-seller Casamento blindado; o ministério de casais e o Atitude Kids, em que as crianças são 'ministradas em linguagem adequada a elas', separadamente dos pais. No nível da congregação, a Cidade de Refúgio é muito frequentada por casais de diferentes idades, que nela parecem encontrar um espaço de sociabilidade e, como apareceu em entrevistas, na qual podem servir em família. Tanto no interior quanto na Sede encontram-se famílias em que as mães ou pais e filho(a)s entre 8 e 14 anos 'têm ministério'.

Com Michel Foucault (1979), prescrições morais historicamente constituídas como sendo religiosas, aí incluídas aquelas concernentes aos usos do corpo, podem ser entendidas como direcionamentos, regras sem sanção, a que se submete por vontade. Trata-se, nas palavras de Lanna, de uma 'renúncia de si', da renúncia a 'exercer o direito de escolha' em favor de outrem. A vontade de se submeter à vontade de Deus, ocasionalmente revelada para as lideranças estabelecidas por Ele na terra, pode responder, todavia, a estímulos e constrangimentos. Na visão da Cidade de Refúgio, o casamento é 'o maior alvo da vida' do cristão e indissolúvel. Ele é o sentido das relações erótico-afetivas, porque 'crente namora pra casar', como Lanna costuma repetir nos cultos de família. É preciso, porém, aprender respeitar o 'tempo de

Deus', que 'prepara uma pessoa' certa para cada um, e esse tempo precedente ao casamento deve ser preenchido de oração, namoro e noivado guardando a santidade, em que são construídas as bases que assegurarão que o casamento seja, de fato, indissolúvel.

Como é de se imaginar, nada disso significa que haja uma perfeita adequação das condutas dos que congregam na Cidade de Refúgio aos seus cânones. Pelo contrário, em conversa pessoal, Lanna me aconselhou a 'separar o joio do trigo'. Em campo nas duas igrejas foram escutados relatos de traição em casais de homens e mulheres, o uso de aplicativos de relacionamento por homens, histórias de repúblicas desfeitas em função de comportamento sexual e mesmo o deslocamento de um membro da igreja de S. J. do Rio Preto para São Paulo em função de seus desvios e consequente sujeição a disciplina no interior.

Na Cidade de Refúgio, são distintas as situações dos casais formados dentro e aqueles formados fora da igreja. No caso dos casais que se formaram fora da igreja, a vivência sexual não é interditada, embora se cobre que eles se casem legalmente em algum momento, embora esse momento seja, a rigor, definido pelo par. Entende-se que o casamento civil seria necessário porque não se casar, podendo legalmente se casar, abriria uma 'legalidade demoníaca' na vida do casal, que, no caso de obreiros, teria efeito sobre a congregação. Essa diferença em matéria de disciplina das relações eróticas pela Cidade de Refúgio, com regimes distintos para os casais formados dentro e fora da igreja, configura-se como uma tecnologia para o controle da sua população, forjada para que a igreja não se torne 'um lugar de pegação'. Em campo, ela pareceu estimular obreiros solteiros e casais formados dentro da igreja a se casarem: afinal, se solteiros ou namorados 'caem', ou seja, confessam que tiveram relação sexual, eles são disciplinados, 'ficam de banco'. Em S. J. do Rio Preto, p.e., um casal de homens entre 20 e 26 anos casou-se depois de 7 meses de namoro e se separou em cerca de 3 meses. Outro se separou com menos de um ano de casados. Mas também 'fica de banco' quem se separa, e um de cada casal se dispôs a ser 'disciplinado' pelo pastor, tendo a outra parte parado de frequentar a igreja.

Lideranças de distintas igrejas da denominação se mostraram atentas a distorções que suas prescrições podem ocasionar, como a precipitação em se casar para a 'prática legal' do sexo. Elas reiteram, em culto e aconselhamento, que o 'código de santidade' não deve impelir ao casamento, mas, ao contrário, ao 'domínio de si', ou, como diria Foucault (1979), ao 'governo de si' aprendido a partir de prescrições para o governo dos outros, e a aprender a compreender o 'tempo de Deus' na sua vida. Não obstante, os membros da Cidade de Refúgio agenciam as prescrições concernentes aos usos do corpo e as de precaução, concorrendo para definir a incidência delas sobre a sua vida. Os dados coletados no trabalho de campo possibilitam colocar em discussão os constrangimentos que as prescrições morais da Cidade de Refúgio representam, mas também a latitude de ação dos que a ela se submetem e os usos de liberdade em contexto, a começar pelo fato de que a submissão a disciplina sempre depende

de algum tipo de confissão da 'ovelha' ao pastor, que reconstitui o "momento de assentimento", para usar a categoria de Piette (2012).

CONCLUSÃO

O argumento da pesquisa é, em suma, que a integração de gays e lésbicas na ordem jurídica familiar teria criado condições para também integrá-los na ordem social familiar, i.e., para torná-los mais legítimos e aceitos socialmente. Nesse processo, as operações da Cidade de Refúgio para uma transformação da hierarquia erótica e, com ela, a transformação da tradição cristã podem ser analisadas. Mas o que quero iluminar, aqui, é que, como se pode imaginar pelas falas de Lanna, o deslocamento do sexo ao afeto torna ilegítimos os trânsitos sexuais, a circulação por circuitos de trocas eróticas, enquadrada por ela e percebida por membros da igreja como promiscuidade. Na visão da Cidade de Refúgio, a salvação está reservada aos que guardam o código de santidade inscrito na Bíblia, ou seja, aos casados ou aos solteiros que não se entregam aos 'prazeres da carne' nem vão 'se abraçar com o Diabo'. Essa visão é ministrada em cultos, compartilhada em entrevistas e ensinada em projetos como o CR Integração, que apresenta aos que começam a frequentar a igreja, ao longo de encontros semanais de 2 horas durante 7 semanas, as ideias, visões e valores que a informam. Na (re)produção desse discurso pedagógico ganha corpo o que me parece ser um novo sujeito religioso, o pentecostal inclusivo.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade*: vontade de saber, I. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

PIETTE, Albert. Quand croire, c'est faire et un peu plus. In : AUBIN-BOLTANSKI, E; LAMINE, A.-S.; LUCA, N. *Croire en actes*. Paris : L'Harmattan, 2012.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: *Deviatons*. Durham-London: Duke University Press, 2011.